

Pauta inclui Petro-Sal, PEC da Juventude, Zona Franca e LDO

Em dia de agenda carregada, senadores podem aprovar hoje criação da Petro-Sal, lei voltada aos jovens, benefício para Zona Franca de Manaus e diretrizes do Orçamento

Acordo de lideranças prevê para esta tarde a votação de projetos prioritários, como o que cria a Petro-Sal, no segundo dia do esforço concentrado antes do recesso parlamentar. Ontem, após a aprovação de 11 indicações de autoridades e três projetos, foi acelerada com sessões

extraordinárias seguidas a discussão que permitirá votar hoje propostas de emenda à Constituição (PECs), entre elas a da Juventude. Também está na pauta a prorrogação de incentivos na Zona Franca de Manaus e, na CMO, as diretrizes para o Orçamento 2011, que pode também ir ao Plenário. **3, 4 e 5**



Na presidência da sessão, José Sarney (D) conversa com Heráclito Fortes e Romero Jucá (E)

WaldemirBarreto



MarcosAlmeida

Exigência de curso superior para professores do ensino básico

A exigência de curso superior para professores da educação básica já está no Plenário do Senado. A matéria foi aprovada ontem na Comissão de Educação. **7**

Na comissão, Rosalba Ciarlini (E), José Agripino e Cristovam. Ao fundo, Fátima Cleide e Zambiasi

ANP pode ter de informar descoberta de aquífero **3**

Brasil terá novos embaixadores em 12 países **4**

Socioeducação para menor infrator passa em comissão **7**

Grupo vai propor reforma do Código Eleitoral **2**

Projeto para revitalizar as áreas afetadas por enchentes

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto que prevê a revitalização das áreas afetadas por enchentes desde 2008, quando Florianópolis

(foto) foi atingida. A proposta de Raimundo Colombo recebeu emenda de João Tenório que inclui as regiões prejudicadas pelas chuvas em 2010. **8**



Janeiro/SECOM

Comissão de Reforma do Código Eleitoral inicia trabalhos hoje

Na primeira reunião, comissão de juristas criada pelo Senado para elaborar anteprojeto deverá definir a metodologia de atuação. Antes, às 11h, grupo terá encontro com José Sarney

A COMISSÃO DE juristas criada pelo Senado para elaborar um anteprojeto de novo Código Eleitoral inicia hoje os trabalhos. O grupo, coordenado pelo ministro José Antonio Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, terá encontro com o presidente do Senado, José Sarney, às 11h. Em seguida, será realizada a reunião de instalação.

Não se trata de uma comissão para discutir a reforma política, tema objeto de decisão do Congresso Nacional, mas sim propor a racionalização e o aprimoramento do sistema político e eleitoral. O objetivo é consolidar e aprimorar a legislação, especialmente quanto à uniformização dos ritos processuais e procedimentos eleitorais existentes.

Estão na pauta da primeira reunião a definição da metodologia de trabalho

e as decisões administrativas de âmbito interno. O prazo para a conclusão do trabalho é de 180 dias, e não haverá remuneração para nenhum dos integrantes do colegiado.

Também compõem a comissão os juristas Admar Gonzaga Neto, Arnaldo Versiani Leite Soares, Carlos Caputo Bastos, Carlos Mário da Silva Velloso, Edson de Resende Castro, Fernando Neves da Silva, Geraldo Agosti Filho, Hamilton Carvalhido, Joelson Costa Dias, José Eliton de Figuerêdo Júnior, José Rollemberg Leite Filho, Luciana Müller Chaves, Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, Márcio Silva, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Roberto Monteiro Gurgel Santos, Cezar Britto, Torquato Lorena Jardim e Walter de Almeida Guilherme.



Gilvam Borges quer acabar com prova da OAB para bacharel poder exercer a advocacia



Crivella propõe avaliação de cursos a partir dos exames de ordens

Senadores se dividem sobre fim do exame de ordem para advogados

A realização da prova de proficiência pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para admitir em seus quadros profissionais que vão exercer a advocacia é tema polêmico entre os senadores. Há quem defenda a extinção do exame, outros preferem aperfeiçoá-lo, além dos que sugerem critérios para avaliar a qualidade de todos os cursos superiores.

Tramitam em conjunto no Senado dois projetos que tratam do tema: o PLS 186/06, do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), que acaba com o processo de seleção da OAB; e o PLS 43/09, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que estabelece novo critério de avaliação de cursos e instituições de ensino superior. Há também uma emenda feita ao PLS 186/06 que visa aperfeiçoar o exame de seleção feito atualmente pela ordem. Tratando da mesma questão, há ainda uma proposta de emenda à Constituição (PEC 1/10) do então senador Geovani Borges (PMDB-AP), suplente de Gilvam Borges.

O PLS 186/06 altera a Lei 8.906/94, que instituiu o Estatuto da Advocacia, para extinguir o exame da ordem. O autor justifica que "não se pode atribuir a um simples exame a propriedade de avaliar devidamente o candidato, até porque, por se tratar de avaliação única, de caráter eliminatório, sujeita o candidato a situação de estresse e, não raro, a problemas temporários de saúde". Para Gilvam, o exame não tem como avaliar de modo adequado a capacidade técnica

do candidato a advogado.

– Se a intenção do exame é avaliar o desempenho das instituições de ensino, não nos parece razoável que o ônus recaia sobre o aspirante a advogado – diz o senador.

O PLS 186/06 tramita na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O relator, Marconi Perillo (PSDB-GO), manifestou-se contrário à proposta, afirmando que a eliminação pura e simples do exame da ordem não é aconselhável.

– A manutenção de elevados padrões de admissão ao exercício da advocacia não pode, em nenhuma hipótese, ser resumida a um mecanismo de proteção corporativa da categoria dos advogados. É, antes, um elemento essencial para a sociedade – argumenta

Em abril, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou requerimento, aprovado pelos senadores, para que o PLS 186/06 tramite em conjunto com o PLS 43/09, de Crivella. O PLS 43/09 estabelece novo critério de avaliação de cursos e instituições de ensino superior, a partir do desempenho de seus egressos em exames de proficiência profissional.

Já a PEC 1/10 proíbe a realização de exames da OAB, estabelecendo que "diploma de curso reconhecido e oferecido por instituição de educação superior devidamente credenciada constitui comprovante de qualificação profissional para todos os fins". Essa proposta tramita na CCJ, onde é relatada pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Marco regulatório do petróleo

14h A sessão é deliberativa. Na pauta, a PEC da Juventude e o projeto que cria a Petro-Sal. Também está prevista a análise da proposta que prorroga benefícios fiscais à Zona Franca de Manaus.

Presidência Planejamento estratégico

11h José Sarney participa da instalação da comissão de juristas responsável pelo anteprojeto de Código Eleitoral e, às 11h30, de solenidade de apresentação do planejamento estratégico da Secretaria Especial de Comunicação Social. Às 16h, preside a ordem do dia.

CCT Competência da Anatel para aplicar sanções

8h30 A Comissão de Ciência e Tecnologia analisa projeto que trata da competência da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para arrecadar e aplicar sanções administrativas. O projeto aperfeiçoa o regime legal do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

CE Decisões sobre educação de adultos

9h A Comissão de Educação debate as resoluções da 5ª Conferência Internacional de Educação de Adultos. Estão convidados, entre outros, o secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, André Luiz de Figueiredo Lázaro, e o consultor da Unesco Neroaldo Pontes de Azevedo.

CDR Liberação de contrapartida

9h30 A Comissão de Desenvolvimento Regional analisa projeto que autoriza a União a reduzir e até mesmo dispensar contrapartida financeira nas transferências para programas habitacionais de interesse social em municípios do Norte, Nordeste e Centro-Oeste com menos de 25 mil habitantes.

CAE Financiamento internacional

9h45 A Comissão de Assuntos Econômicos examina dez projetos com pedidos de autorização para empréstimos internacionais.

CCJ Pena maior para autor de crime hediondo

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisa projeto que eleva o período mínimo de cumprimento da pena para a concessão do livramento condicional a autor de crime hediondo. A proposta exige que o condenado tenha cumprido mais de quatro quintos da pena.

CAS Restrição em contratações

10h A Comissão de Assuntos Sociais promove reunião extraordinária para analisar pauta com 38 itens, entre os quais o projeto que proíbe os empregadores de consultar cadastros de proteção ao crédito na hora de contratar funcionários.

CDH Estatuto da Criança e do Adolescente

10h Entre os 31 itens na pauta da Comissão de Direitos Humanos, estão projetos que alteram o Estatuto da Criança e do Adolescente, como o que implementa uma política centralizada e integrada de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos.

Congresso Remanejamento entre obras do PAC

11h O Congresso vota, entre outros, projeto (PLN 3/10) que autoriza o governo a remanejar até 30% das verbas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) previstas no Orçamento de 2010.

Conjunta Responsabilidade sobre o lixo

11h30 Projeto que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos é tema de debate nas comissões de Constituição e Justiça, de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais e de Meio Ambiente. Pela proposta, a responsabilidade sobre a destinação de resíduos sólidos passa a ser compartilhada.

Planejamento Estratégia de trabalho

11h30 Solenidade de apresentação do planejamento estratégico da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado.

CRE Universidade internacional

14h A comissão analisa, além de 15 projetos sobre tratados e convenções internacionais, proposta que cria a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

CPI do MST Relatório final sobre investigações

14h Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do MST para apresentação do relatório final do deputado Jilmar Tatto (PT-SP).

CRA Seguro-desemprego para trabalhador rural

14h30 A Comissão de Agricultura analisa projeto que concede seguro-desemprego ao trabalhador rural que exerça sua atividade individualmente ou em regime de economia familiar.

CMO Verbas para órgãos públicos

14h30 A Comissão Mista de Orçamento delibera sobre projetos que autorizam crédito suplementar em favor de diversos órgãos públicos e requerimentos para realização de audiências públicas.

CMMC Composição da Mesa e relatoria

15h Reunião na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas para eleger o presidente, o vice-presidente e o relator do colegiado.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

ANP deverá informar descoberta de água doce

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) poderá ser obrigada a informar a Agência Nacional de Águas (ANA) sobre aquíferos de água doce que encontrar na perfuração de poços de petróleo. Proposta (PLS 427/09) com essa finalidade, da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), foi aprovada ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

De acordo com a legislação, justifica a senadora, a ANP não precisa comunicar sobre poços perfurados em terra que não representem descoberta comercial de recursos energéticos, mas tenham viabilidade para obtenção de água. O projeto altera a lei que trata da política energética nacional (Lei 9.478/97) para que essa comunicação seja feita à ANA.

Rosalba Ciarlini afirma que reservas de água doce podem estar localizadas em áreas com carência de oferta hídrica, e a atualização da legislação significa comprometimento com a sustentabilidade ambiental.

Para o relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), a falta de um sistema de informações integrado entre as agências gera duplicação de esforços na busca de recursos hídricos



Rosalba Ciarlini: proposta visa sustentabilidade ambiental

subterrâneos. A proposta, na sua opinião, vai contribuir para melhorar a eficiência administrativa na localização de recursos hídricos, além de reduzir custos na busca por água.

– Brilhante a iniciativa da senadora Rosalba. É algo que vai beneficiar muito o Nordeste, milhares de nordestinos e pessoas sofridas que, muitas vezes, têm o feijão, mas não têm a água para cozinhá-lo – disse Lucena.

Para Flexa Ribeiro (PSDB-PA), outras regiões, como a Norte, e outros estados também serão beneficiados pelo projeto, que terá decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Aparelhos de dessalinização podem ficar isentos de IPI

Projeto aprovado ontem pela CMA poderá estimular maior utilização de processos de dessalinização da água – que transformam água salobra em potável. Pela proposta, ficam isentos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os aparelhos de destilação, suas partes e acessórios, bem como os aparelhos de osmose inversa destinados a essa operação.

A proposta (PLS 337/09), do senador João Vicente Claudino (PTB-PI), também isenta da cobrança de IPI as matérias-primas, embalagens e materiais secundários utilizados na fabricação dos aparelhos.

Ao justificar o projeto, ele explicou que, segundo pesquisas, o volume de água existente no subsolo do Nor-

deste é bem grande, embora revele graus diferentes de salinidade. Claudino ressaltou que esse potencial subterrâneo pode ser aproveitado para consumo humano e animal, com a utilização de máquinas de dessalinização.

Em defesa do projeto, o relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), afirmou que “é necessário buscar formas de baratear o preço das máquinas utilizadas no processo de dessalinização para assegurar novas fontes de água potável no semiárido”. O parlamentar observou que, por meio de incentivos fiscais, será possível aumentar a produção desses aparelhos e promover o desenvolvimento da indústria nacional. A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para decisão terminativa.

A CMA também aprovou requerimento do senador Mário Couto (PSDB-PA) para que o Tribunal de Contas da União analise os indícios de irregularidades apontados em relatórios da Auditoria-Geral do Estado do Pará em obras e convênios que recebem recursos federais.

Outro requerimento aprovado pelo colegiado, de autoria de Jefferson Praia (PDT-AM), pede audiência para discutir as normas de inclusão dos municípios e demais entes federados no Cadastro Único de Convênios (Cauc).



Cícero Lucena: medida facilita o acesso à água no semiárido

Em razão da falta de quórum necessário para garantir a aprovação de propostas consideradas prioritárias pelos líderes, também ficou para hoje a votação de PECs

Senado pode decidir hoje sobre criação da Petro-Sal

A AUSÊNCIA DE quórum para garantir a aprovação de matérias consideradas prioritárias pelos líderes partidários provocou o adiamento para hoje da votação do projeto de criação da Petro-Sal e de propostas de emenda à Constituição (PECs). O número de senadores ontem em Plenário – média de 46, verificada durante a votação de 11 indicações de autoridades – não garantia a margem de segurança necessária para as matérias prioritárias.

O quórum para votação de PECs é de 49 senadores. Para acelerar o processo, foram apresentados pelos líderes requerimentos para tramitação dessas propostas em “regime especial”. Por acordo dos líderes, houve quebra de interstícios constitucionais, sendo realizadas várias sessões de discussão

de uma PEC num único dia.

Pelo Regimento Interno, na tramitação de PEC são necessárias cinco sessões de discussão e uma de votação em primeiro turno, mais três sessões de discussão e uma de votação em segundo turno. Entre o primeiro e o segundo turnos, ainda de acordo com o regimento, deve haver um intervalo de cinco dias úteis. A quebra de interstício só é possível por entendimento entre as lideranças.

Além da votação do projeto que autoriza a União a criar a estatal para gerir a exploração do petróleo do pré-sal, o senadores devem realizar hoje o segundo turno de discussão de sete propostas de emenda constitucional, como a PEC da Juventude (PEC 42/08), que dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da

juventude (veja pág. 4), e a que prorroga até 2033 os benefícios fiscais concedidos à Zona Franca de Manaus (PEC 17/08).

Também figura na lista a PEC que inclui o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados de patrimônio nacional (PEC 51/03), além da que pretende impedir a autorização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar (PEC 89/03).

Foram incluídas na relação de prioridades a proposta que torna permanente o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (PEC 14/08); a que dispõe sobre a exigência do diploma de curso superior de Comunicação Social, habilitação Jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista (PEC 33/09); e a PEC 64/07, que propõe aumentar para 180 dias a duração do período da licença à gestante.



Na sessão de ontem, Romero Jucá, Heráclito Fortes, José Sarney e a secretária-geral da Mesa do Senado, Cláudia Lyra

Projeto permite remanejar até 30% de verbas do PAC

O Congresso realiza sessão conjunta hoje, às 11h, no Plenário da Câmara, para deliberar sobre oito projetos que tratam de matérias orçamentárias. O primeiro deles é o PLN 3/10, que autoriza o governo a remanejar até 30% das verbas destinadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) previstas no Orçamento de 2010. Atualmente, a margem de remanejamento é de até 25%. Essa será a quarta sessão do Congresso convocada para examinar a matéria.

Outro projeto a ser votado na sessão, também de autoria do Executivo, altera parte da Lei Orçamentária de 2010 (Lei 12.214/10) para ampliar o provimento de cargos na administração pública. De acordo com esse projeto (PLN 8/10), haveria um acréscimo de 6.599 cargos no governo (Presidência da República e 11 ministérios). Com isso, o número de cargos passaria dos atuais 25.148 para 31.747, segundo o relator da matéria na CMO, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG).

Outros seis projetos tratam da abertura de créditos especiais e suplementares do Orçamento de 2010 para ministérios e órgãos públicos. O maior volume consta do PLN 7/10, que abre aos orçamentos fiscal e da seguridade social crédito suplementar de R\$ 3,4 bilhões em favor da Presidência da República e dos ministérios de Minas e Energia e das Cidades.

Casagrande: Câmara adia Fundo Social do pré-sal

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) informou ao Plenário que a base governista na Câmara dos Deputados decidiu adiar para depois das eleições de outubro a votação do projeto que cria o Fundo Social do pré-sal (PLC 7/10). A votação estava prevista para ontem. Segundo o senador, foi uma decisão de bom senso, pois o clima eleitoral tem acirrado as votações.

O líder do PT na Câmara, Cândido Vaccarezza (SP), confirmou o adiamento depois de constatar que a base do governo não tem em Brasília número de deputados suficiente para garantir o quórum. Além disso, a oposição vem obstruindo as votações na Câmara.

O Fundo Social foi o primeiro projeto ligado ao pré-sal a ser votado pelos deputados, mas foi modificado pelos senadores. Por isso retornou à Câmara. No Senado, o projeto recebeu partes de outro projeto (PLC 16/10), passando a prever também o regime de partilha do petróleo, além de emenda do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que estabelece a distribuição de *royalties*, de forma equitativa, entre estados produtores e não produtores de petróleo.

O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), disse que o adiamento dos deputados não interfere na votação, prevista para hoje no Senado, do projeto (PLC 309/09) que cria a Pré-Sal Petróleo (anteriormente chamada de Petro-Sal).

Há um ano pronta para ser votada em primeiro turno em Plenário, PEC já foi aprovada pela Câmara. Jovens ganham mesmo destaque que crianças e idosos



Proposta defendida por Paim trata jovem como prioridade constitucional

Paulo Paim espera votação da PEC da Juventude na sessão desta tarde

O SENADOR PAULO Paim (PT-RS) disse que vai lutar pela votação da proposta de emenda à Constituição conhecida como PEC da Juventude ainda hoje, segundo dia do período de esforço concentrado.

Por esse motivo, relatou Paim, ele não participou do início da campanha de Dilma Rousseff à Presidência da República, em Porto Alegre. A expectativa de Paim é de que a proposta seja votada hoje.

A PEC 42/08, do deputado Sandes Júnior (PP-GO), foi aprovada por unanimidade na Câmara dos Deputados. Tramitando no Congresso desde 2003, teve sua discussão em primeiro turno encerrada no Plenário do Senado no dia 3 de junho de 2009. Dessa forma, a matéria está pronta para ser votada. Caso seja aprovada nessa primeira deliberação, ela ainda será submetida a um segundo turno.

A proposta altera a denominação do capítulo VII do título VIII da Constituição para incluir os interesses da juventude. Esse

capítulo trata atualmente dos interesses da família, da criança, do adolescente e do idoso.

A PEC modifica ainda o artigo 227 da Constituição, com o mesmo objetivo de incluir menção ao jovem. Pela proposta, esse artigo passa a ter a seguinte redação: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

A PEC foi aprovada pela Câmara dos Deputados a partir dos trabalhos de uma comissão especial. No Senado, foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) com três emendas de redação, tendo como relator o então senador Expedito Júnior.

Gurgacz pede que atendimento a viciados em crack seja ampliado

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) sugeriu ao Ministério da Saúde que autorize a implantação de centros de atendimento psicossocial – álcool e drogas, os conhecidos CAPS-AD, também nas cidades com menos de 100 mil habitantes. Ele ponderou que as drogas, especialmente o crack, já chegaram às cidades pequenas e que não tem sentido o governo só oferecer atendimento a viciados das grandes cidades.

– Meu estado, Rondônia, já sofre com esse flagelo. O crack já está nas pequenas cidades e nos bairros mais humildes de Porto Velho, a nossa capital – informou.

O senador elogiou a decisão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de



Acir Gurgacz lamenta que droga já alcance pequenas cidades de Rondônia

realizar no país, pela primeira vez, a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (Pense), com cerca de 70 mil adolescentes de 13 a 15 anos em 1.507 escolas, sobre violência, segurança, alimentação, sexo e consumo de drogas.

Doze países terão novos embaixadores do Brasil

O Senado aprovou ontem indicações da Presidência da República para representar o Brasil em 12 países e também na Organização das Nações Unidas (ONU).

Foram também aprovados dois nomes para a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e um para ministro do Superior Tribunal Militar (STM).

Marcel Fortuna Biato deverá ocupar o cargo de embaixador brasileiro junto à Bolívia. Maria Laura da Rocha recebeu o aval dos parlamentares para o cargo de delegada permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Brasunesco).

José Eduardo Martins Felício, por sua vez, teve o apoio dos senadores para assumir a embaixada do Brasil em Cuba.

O diplomata Frederico Cezar de Araujo deverá ocupar a embaixada brasileira no Chile. De acordo com o líder do DEM, José Agripino (RN), o indicado é "um dos melhores quadros da diplomacia brasileira". Tasso Jereissati (PSDB-CE) manifestou a satisfação de seu partido em votar o nome do novo embaixador brasileiro no Chile. Inácio Arruda (PCdoB-CE) informou

que o futuro embaixador concluiu o curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco com tese sobre o Chile e a Bolívia.

Luiz Antonio Fachini Gomes irá exercer o cargo de embaixador junto à Tunísia, enquanto Maria Elisa Teófilo de Luna deverá exercer, cumulativamente, o cargo de embaixadora no Senegal e na Gâmbia. O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) desejou sucesso e êxito à embaixadora no continente africano.

José Carlos da Fonseca Júnior irá representar o Brasil junto a Mianmar. O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Eduardo Azeredo, informou que José Carlos exerceu o cargo de deputado federal pelo Espírito Santo, além da carreira diplomática. Marco Maciel (DEM-PE) assinalou o acerto da escolha.

Rudá Gonzales Seferin será embaixador na Albânia.

Marcos Bezerra Abbott Galvão, por sua vez, representará o Brasil junto ao Japão. Ele foi elogiado por Rosalba Ciarlini (DEM-RN) por sua "competência e dedicação". Rubem Antonio Corrêa Barbosa vai exercer o cargo de embaixador na Austrália, que irá acumular

com as funções em Papua Nova Guiné e Vanuatu.

Aneel

Romeu Donizete Rufino e André Pepitone da Nóbrega tiveram seus nomes aprovados para ocupar diretorias da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Delcídio Amaral (PT-MS), ex-diretor de Gás e Energia da Petrobras, destacou que Romeu Rufino é "um dos melhores quadros de energia elétrica" do país e que prestará "os melhores serviços" à Aneel.

Já Roberto Cavalcanti (PRB-PB) referiu-se a André Pepitone como "técnico da maior qualidade" e "ilustre paraibano", com o que concordou Marco Maciel, que elogiou o futuro diretor da Aneel como "excelente quadro que prestará excelentes serviços" à agência.

STM

O Plenário também examinou ontem a indicação do almirante-de-esquadra Marcos Martins Torres para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM), na vaga decorrente da aposentadoria do também almirante-de-esquadra Marcos Augusto Leal de Azevedo.



Senadores apoiaram as indicações feitas pelo presidente da República para representações brasileiras em 12 países

Gaza receberá doação de R\$ 25 milhões

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que autoriza o governo brasileiro a doar até R\$ 25 milhões à Autoridade Nacional Palestina, para a reconstrução de Gaza. A proposta, que agora vai à sanção, é de iniciativa da Presidência da República e já foi aprovada pela Câmara dos Deputados.

O projeto (PLC 312/09) determina que os recursos serão doados a partir de dotações orçamentárias do Ministério das Relações Exteriores. A Presidência da República informou que a Autoridade Palestina estima serem necessários cerca de US\$ 2 bilhões para a reconstrução de Gaza, em cinco anos.

Prédios públicos poderão expor obras de artistas

Os administradores de prédios onde funcionam órgãos federais estão autorizados a expor obras de arte de artistas brasileiros, natos ou naturalizados, de acordo com projeto de lei da Câmara (PLC 48/06) aprovado ontem pelo Plenário. O projeto original, da deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), previa a exposição obrigatória, mas o relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Gim Argello (PTB-DF), ponderou que a exigência seria inconstitucional, já que o assunto é de iniciativa do presidente da República.

O projeto será submetido a votação suplementar e, depois, voltará à Câmara.

Aluno a distância pode ter de marcar presença

Alunos de cursos a distância terão de ir à escola em alguns momentos do estudo, entre eles para fazer avaliações ou para defender trabalhos de conclusão dos cursos. Isso é o que estabelece projeto de lei do Senado (PLS 118/04), aprovado ontem à noite pelo Plenário. A proposta ainda será submetida a uma votação suplementar, sendo depois enviada à Câmara.

O projeto determina que também deverão ser presenciais estágios obrigatórios e atividades em laboratórios. A proposta original, de Hélio Costa (PMDB-MG), recebeu substitutivo de Marco Maciel (DEM-PE) na Comissão de Educação (CE).

CAE faz reunião extra para analisar créditos externos

Para contornar dificuldades de calendário com a proximidade do recesso parlamentar, que começa dia 18, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu realizar reunião extraordinária hoje, às 9h45, para examinar dez pedidos de autorização para empréstimos internacionais.

O presidente da comissão, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), propôs a nova rodada de votações ao fim da reunião de ontem. Na lista, estão seis operações que favorecem o estado de São Paulo, quatro delas relacionadas a investimentos em ampliação de trechos do metrô da capital. Dois empréstimos atendem a Santa Catarina. Na relação, há também uma operação em benefício do Piauí e outra para a cidade de Curitiba.

Sem adiantar detalhes das operações de crédito, Garibaldi disse que os processos, encaminhados por meio de mensagens presidenciais, só chegaram à comissão na noite anterior, depois das 20h. Por isso, não houve tempo para elaboração de relatórios e inclusão na pauta de ontem.

Isenção para a ABL causa dúvida sobre impacto fiscal

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) poderá deliberar hoje sobre projetos que foram debatidos ontem, mas não foram votados devido a dúvidas sobre impactos fiscais envolvidos. Um deles é o PLS 191/06, de José Sarney (PMDB-AP), que concede isenção de tributos federais, cancelando ainda os débitos, em favor da Academia Brasileira de Letras (ABL), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Alguns senadores defenderam a extensão dos benefícios a entidades estaduais semelhantes. Nesse caso, a relatora, Ideli Salvatti (PT-SC), alegou desconhecer os efeitos fiscais, embora admitindo que possam ser pouco significativos. Outros senadores manifestaram preocupação com o fato de o projeto garantir o cancelamento de débitos fiscais acumulados.

— É uma brecha que está se abrindo para que, no futuro, algum tipo de dúvida se estabeleça e que outros contribuintes possam reivindicar tratamento semelhante — afirmou Roberto Cavalcanti (PRB-PB).

Relator da LDO, Tião Viana aceitou exigência da oposição e retirou do texto a permissão para que investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) aconteçam mesmo sem a lei orçamentária aprovada e sancionada

Governo e oposição fecham acordo para votar diretrizes do Orçamento

O GOVERNO E a oposição fecharam um acordo na noite de ontem para votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) hoje na Comissão Mista de Orçamento (CMO), em reunião marcada para as 14h.

Para garantir a votação, o relator da LDO, senador Tião Viana (PT-AC), aceitou retirar do texto a permissão para que o governo realizasse investimentos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2011 mesmo na ausência de lei orçamentária.

Esse era um dos pontos mais polêmicos do texto e vinha sendo combatido pela oposição. Com isso, volta a valer a regra da LDO em vigor (Lei 12.017/09), que proíbe investimentos sem lei orçamentária aprovada.

Em relação ao outro ponto controverso — a possibilidade de estatais não usarem mais as tabelas oficiais de preços nas suas licitações —, não houve



Gim Argello (E) em reunião da CMO, que deve aprovar relatório de Tião Viana (de terno claro, em conversa com Inácio Arruda)

recuo do relator.

Ficou decidido que o deputado Rogério Marinho (RN), representante do PSDB na comissão, apresentará uma redação alternativa para esse dispositivo. Segundo Viana, se não houver acordo em torno dessa proposta, a questão será decidida no voto no plenário da CMO, onde a base aliada tem maioria.

Marinho deverá ser assessorado pelo Tribunal de Contas

da União (TCU). Atualmente, todos os órgãos públicos são obrigados a seguir os preços inscritos no Sistema de Custos Rodoviários (Sicro), referência para obras em estradas, e no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi). Pela redação de Tião Viana, a Petrobras, a Eletrobras, as obras para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016, poderão

adotar preços próprios.

Em relação ao salário mínimo, o relator manteve o aumento real equivalente à média da variação do produto interno bruto (PIB) em 2009. Segundo o presidente da CMO, deputado Waldemir Moka (PMDB-MS), não está descartada a possibilidade de a matéria ser votada também hoje no Plenário do Congresso. (com informações da Agência Câmara)

Doações para gerar empregos podem reduzir IR

Doações de recursos para aplicação em projetos de incentivo à geração de emprego, ocupação e renda podem ser compensadas por descontos no Imposto de Renda. O incentivo está previsto em texto do senador Jayme Campos (DEM-MT) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto original (PLS 509/07) foi apresentado por Gim Argello (PTB-DF).

Para poder contar com as deduções, as doações deverão ser feitas a fundos municipais, estaduais e federais para a aplicação em projetos de geração de emprego, ocupação e renda. O relator definiu os limites máximos de dedução em até 4% do imposto devido pelas empresas doadoras ou até 6% no caso das pessoas físicas.

Quanto ao abatimento a ser feito na declaração de renda, Jayme Campos propõe que seja de 80% sobre os valores efetivamente doados quando se tratar de pessoas físicas. No caso das empresas, cairá para 40% da doação feita.

Assim, se uma empresa ou uma pessoa física doarem R\$ 10 mil a um fundo poderão pedir abatimento sobre R\$ 8 mil — ou seja, 80% do total doado.



Texto aprovado na CAE tomou como base parecer de Jayme Campos

Em todo caso, a empresa não poderá deduzir mais de 4% do imposto devido com base no programa. Para a pessoa física, o limite de dedução é de 6%.

É vedada a aplicação das parcelas incentivadas das doações para pagamento, de qualquer tipo, a membro de órgão dirigente das entidades executoras dos projetos. Se não houver a execução, total ou parcial, os recursos terão de ser devolvidos com juros e outros encargos que deverão ser fixados em normas reguladoras.

A proposta também prevê punições para os que deixarem de executar, sem justa causa, os projetos beneficiados. Além de medidas administrativas, o ato será tipificado como crime e será punido com pena de reclusão de dois a seis meses e multa de 50% sobre o valor dos benefícios fiscais recebidos.

Examinado em decisão terminativa, o projeto seguirá agora para exame na Câmara dos Deputados.

Dedução de material doado para casa popular

Empresas poderão deduzir, do total devido no Imposto de Renda, 50% do valor dos materiais de construção doados para programas governamentais de habitação popular. O benefício está previsto em projeto da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Essa possibilidade deve ser aberta para as empresas tributadas com base no lucro real. O projeto estabelece como teto para essa dedução 5% do valor do imposto devido.

Como o texto foi votado em decisão terminativa, seguirá logo para a Câmara dos Deputados, caso não seja apresentado recurso para votação da matéria pelo Plenário do Senado. O relator, João Tenório (PSDB-AL), considerou esse incentivo fiscal uma “medida acertada”.

O senador citou pesquisa da Fundação João Pinheiro, realizada em parceria com o Ministério das Cidades, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que evidenciou, em 2005, um déficit habitacional incidindo prioritariamente sobre famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos (96,3%). Na análise, ele estimou que a perda inicial de arrecadação do imposto será rapidamente compensada pelo crescimento da economia a ser gerado com o estímulo que pode ser oferecido à construção de novas moradias.

Roberto Cavalcanti cobra regulamentação para cartões de crédito

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) cobrou ontem a regulamentação do mercado de cartões de crédito, que, conforme disse, são os campeões de queixas no Departamento de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça. Ele afirmou que 77% dessas reclamações se referem a cobranças indevidas supostamente efetuadas pelas administradoras.

Roberto Cavalcanti esclareceu que não é contra o cartão de crédito, que considera um instrumento “fantástico” na economia, e aplaudiu o compartilhamento, entre as operadoras, de uma mesma máquina para registro das transações. Entretanto, disse esperar que essa prática, introduzida pela autorregulamentação da indústria de cartões, não seja

apenas uma “cortina de fumaça” que esconda “os juros estratosféricos” cobrados dos consumidores.

O senador acusou o governo de fazer “vistas grossas” à manipulação do mercado por apenas duas empresas. Ele observou que o governo “faz de conta que não enxerga a forma com que o consumidor brasileiro é explorado de forma desmedida

por essas empresas”.

Roberto Cavalcanti informou ter apresentado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 29 de abril, uma minuta de decreto que “acabaria com a farra”. Para o senador, é preciso que o governo federal conceitue as administradoras de cartões de crédito como instituições financeiras e obrigue o Banco Central a fiscalizá-las.



Senador lamenta baixa competição no mercado e falta de fiscalização

Prorrogação de incentivo ao cinema vai à Câmara

As deduções do Imposto de Renda das contribuições feitas em favor da produção de obras cinematográficas e audiovisuais poderão continuar valendo até 2016. Projeto com essa finalidade, do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e segue agora para a Câmara dos Deputados.

Sem a prorrogação, os incentivos propostos pela Lei do Audiovisual (Lei 8.685/93) serão interrompidos ao fim deste ano. Desde a criação do mecanismo, cerca de R\$ 40 milhões são injetados anualmente na atividade audiovisual brasileira, para a produção de filmes, infraestrutura técnica e reforma de salas de cinema.

Conforme o relator, César Borges (PR-BA), os mecanismos de fomento audiovisual foram fundamentais para a retomada do cinema brasileiro no cenário interno e no exterior.

Apesar dos avanços da indústria do audiovisual, o setor ainda depende dos recursos dos incentivos para se manter e se consolidar, avalia Dornelles.

A legislação foi renovada pela primeira vez em 2003, depois de vigorar dez anos. Para as empresas, são permitidas deduções de até 1% do imposto devido. No caso das pessoas físicas, a margem vai até 3%.

Retorno benéfico

Para Dornelles, do ponto das empresas, o retorno pelo apoio a projetos audiovisuais é extremamente benéfico. Como há benefício adicional de 25% sobre o montante aplicado, a cada R\$ 40 mil retirados dos impostos e investidos num filme, há uma redução extra de R\$ 10 mil no imposto de renda devido.



Dornelles avalia que o setor ainda depende dos incentivos

Projeto reconhece a todas as religiões direitos como representação nas capelanias das Forças Armadas, criação de universidades e prestação de serviços em hospitais

Comissão aprova garantias de livre exercício religioso

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto que trata dos direitos e das garantias fundamentais ao livre exercício da crença e dos cultos religiosos. A proposta (PLC 160/09) surgiu no contexto de um entendimento, na Câmara dos Deputados, que possibilitasse a aprovação de acordo entre o Brasil e a Santa Sé, referente ao estatuto jurídico da Igreja Católica no Brasil. Com 19 artigos, o projeto reconhece, a todas as religiões, direitos tais como representação nas capelanias das Forças Armadas, criação e administração de universidades e prestação de serviços em hospitais e entidades de assistência social.

A proposta estabelece mecanismos que assegurem o livre

exercício religioso, a proteção aos locais de culto e às suas liturgias e a inviolabilidade de crença, bem como o ensino da religião. Na CE, o projeto recebeu parecer favorável de Inácio Arruda (PCdoB-CE). A matéria vai ser analisada ainda pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta declara livre a manifestação religiosa em locais públicos, desde que não contrarie a ordem e a tranquilidade. Dispõe ainda sobre a previsão de espaços para fins religiosos no plano diretor de áreas urbanas, bem como sobre a representação de cada credo religioso nas Forças Armadas.

O projeto reconhece o direito de as organizações religiosas e

suas instituições poderem prestar assistência espiritual aos fiéis internados em estabelecimentos de saúde, de assistência social, educação ou similares, bem como aos que estiverem detidos em penitenciárias. Igualmente, as entidades religiosas poderão ainda administrar instituições de ensino em todos os níveis.

Procura-se assegurar também o reconhecimento da personalidade jurídica das instituições religiosas, mediante registro no ato de criação na repartição competente. Ao desenvolverem suas atividades de assistência social, essas pessoas jurídicas deverão ter todos os direitos, imunidades, isenções e benefícios concedidos pela atual legislação às entidades com objetivos semelhantes.



Campus Viamão da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: entidades religiosas podem atuar no ensino

Marisa Serrano: Lula é presidente, não militante

“O presidente Lula não precisa se apequenar ao papel de animador de palanques”, opinou ontem a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ao registrar sua indignação com o fato de o presidente da República agir como militante, em vez de chefe do Executivo.

– Lula esquece que é presidente da nação, de todos os brasileiros, independentemente de raça, credo, sexo e ideologia. Ele precisa separar a imagem dele da imagem do militante.

Segundo ela, até a subprocuradora da República Sandra Cureau, responsável pela punição por propaganda antecipada, reclamou da “verborragia presidencial” em entrevista.

Violência

Marisa Serrano destacou a publicação da segunda parte do estudo *Mapa da Violência no Brasil 2010*, do Instituto Sangari. O documento apurou que, nos últimos dez anos, a cada dia dez mulheres foram

assassinadas no Brasil, totalizando 41.532 mulheres mortas no período. Nesse quadro, o país tem que comemorar a aprovação, em 2006, da Lei Maria da Penha, que incentiva a denúncia de crimes de violência doméstica, garantindo proteção para a mulher e punições mais duras e rápidas contra os agressores.

– Apesar de estarmos em pleno século 21 e de acompanharmos as conquistas femininas a cada dia, muitos maridos



Marisa Serrano também menciona estudo que mapeia a violência no país e namorados, ou ex, ainda não entenderam que a mulher não é propriedade deles e que a vida delas não lhes pertence.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Romeu Tuma • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burl
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - **Fax:** (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Papaléo cobra maior rigor contra desvio de verbas

Ao comentar reportagem publicada pela revista *Época* sobre a má gestão dos recursos públicos destinados à área de educação em todo o país, Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu a ampliação das sanções nos casos de desvios de verbas públicas destinadas à saúde e à educação. Esse é o teor de projeto (PLS 119/05) apresentado por ele.

– Tudo leva a crer que, em dois setores essenciais do sistema educacional público, justamente o de transporte e o de merenda escolar, os gastos irregulares comprometem parte significativa do montante repassado. O pior é que não se trata de caso isolado, a ocorrer aqui e acolá, geralmente em regiões mais pobres – disse Papaléo.

De acordo com a revista, baseada em auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU) nas contas de 59 municípios brasileiros, um quarto das verbas repassadas pela União aos municípios não chega às escolas.



Papaléo critica gestão de verbas públicas para a área de educação

Mão Santa lamenta baixa nota do ensino médio do Piauí

O ensino médio do estado do Piauí ficou com a nota três, a menor do país, no resultado de 2009 do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) no dia 1º. O senador Mão Santa (PSC-PI) atribui o baixo desempenho dos piauienses à gestão petista no estado durante sete anos e meio.

– Não foi a oposição que disse. Foi o MEC, que mencionou índice negativo em relação às metas estipuladas para 2009. Nota três. Isso é falta de vergonha – afirmou.

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) afirmou que Teresina, quarta cidade que mais cresce no país, teve um retrocesso na educação. Segundo ele, a secretaria estadual de educação tornou-se “um cabide de empregos”.

O Ideb nacional do ensino médio avançou de 3,5 para 3,6 e superou a meta prevista para 2009, que era de 3,5.



Mão Santa culpa governo estadual por fraco desempenho dos alunos

Comissão de Educação aprova propostas como a que estimula o acesso dos índios à universidade, a que trata das medidas socioeducativas para menores infratores e a que exige curso superior para professores da educação básica



Rosalba Ciarlini e Cristovam Buarque conversam na reunião da comissão

Projeto exige nível superior de professores da educação básica

A EXIGÊNCIA DE curso superior para professores da educação básica já está no Plenário do Senado. O projeto de lei que prevê essa exigência foi aprovado no início da tarde de ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado, quando também se acatou requerimento, de autoria da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), para que a matéria tramite em regime de urgência.

O texto (PLC 280/09) que passou na Comissão de Educação foi modificado pela senadora Fátima Cleide (PT-RO), relatora da matéria. Essa versão permite que os professores com formação de nível médio – na modalidade Normal – que não tenham nível superior continuem a atuar na educação básica, desde que obtenham o respectivo diploma no prazo de seis anos.

A senadora reiterou que, dessa forma, os professores com curso Normal podem continuar atuando em creches e pré-escolas. Também podem continuar lecionando nas cinco séries iniciais do ensino fundamental, mas nesse caso terão de obter o curso superior no prazo citado para manter suas

atividades.

A pedido do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), foi incluída no projeto a previsão de recenseamento anual de crianças e adolescentes em idade escolar, assim como de jovens e adultos que não concluíram a educação básica.

Ao justificar a medida, Cristovam citou como exemplo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2009, divulgado recentemente.

– O Ideb contabiliza quem está na escola, mas não quem está fora dela. É por isso que o recenseamento é importante – argumentou o representante do Distrito Federal.

Para introduzir essas medidas, o projeto altera diversos itens da Lei 9.394/96, mais conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Apresentado pelo governo federal no ano passado, esse texto já foi aprovado na Câmara dos Deputados, onde tramitou como PL 5.395/09. Se for aprovado no Senado (onde tramita como PLC 280/09) com as atuais modificações, a proposição terá de voltar à Câmara.

Estímulo ao ingresso de índios na universidade

Foi aprovado ontem pela Comissão de Educação o projeto de lei da Câmara que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para dispor sobre a oferta de ensino superior aos povos indígenas. Pela proposta (PLC 46/07), essas comunidades deverão ter acesso a cursos de graduação em universidades públicas e privadas, além de participar de programas de estímulo à pesquisa e de assistência estudantil.

Na avaliação da relatora, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), é um avanço a inclusão no texto da LDB desse incentivo ao acesso dos povos indígenas

à educação superior. Conforme observou, ainda são muito limitadas as perspectivas de ingresso na universidade para os indígenas que conseguiram concluir a educação básica.

Ideli também ressaltou a preocupação do PLC 46/07 em incluir ações de assistência estudantil, que podem se traduzir na oferta de ambientes adequados de moradia e convivência nos *campi* universitários. Comentou ainda que o envolvimento de índios em atividades de pesquisa vai ajudar a “alargar a porta para que passemos a ter entre nós mais e mais indígenas mestres e doutores”.

Medidas aplicadas ao menor infrator podem ter mais eficácia

Proposta do Executivo que consolida a aplicação das medidas socioeducativas destinadas a menores infratores foi aprovada ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e será submetida a outras três comissões do Senado para, depois, ir ao Plenário. As medidas socioeducativas estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O objetivo do projeto (PLS 134/09), conforme exposição de motivos do ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, é sanar lacuna do Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo o ministro, essa legislação não trata as medidas socioeducativas de forma satisfatória, “traçando somente diretrizes genéricas acerca da matéria, o que provoca a disparidade na execução dessas medidas pelos diversos órgãos”.

No parecer sobre a matéria, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) lembra que as medidas socioeducativas se destinam a “um segmento em idade de escolarização obrigatória, congregando sujeitos em desenvolvimento e com histórico de problemas graves de convívio social”.

A senadora destaca que o

projeto introduz “inovações em normas que vão desde a lei de criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – autarquia gestora das políticas para a educação básica no âmbito da União – até o próprio estatuto, com destaque, no caso deste último, para a ampliação das bases de financiamento do sistema de execução de medidas socioeducativas”.

A proposta prevê atendimento à saúde dos adolescentes no âmbito do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), abrangendo saúde mental, sexual e reprodutiva, além de atendimento a adolescentes grávidas ou que tiveram filhos recentemente.

O texto também permite a inclusão dos menores em programas de formação profissional dos serviços nacionais de Aprendizagem Industrial (Senai), Comercial (Senac), Rural (Senar) e do Transporte (Senat).

Já aprovado pela Câmara dos Deputados e pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, o projeto passará ainda pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Fátima Cleide (ao lado de Sérgio Zambiasi) defende proposta do Executivo

Comissão diminui tempo de prisão para quem estuda

A Lei de Execução Penal (Lei 7.210, de 11 de julho de 1984) estabelece que o tempo de prisão pode ser reduzido se o condenado trabalhar durante o cumprimento da pena. Com o objetivo de estender benefício similar aos presos que estudam, projeto (PLS 265/06) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), prevê que o preso poderá diminuir um dia de sua pena a cada 12 horas de frequência escolar (divididas, no mínimo, por três dias).

Tal medida é inspirada em proposta de Aloizio Mercadante (PT-SP), que tramitava em conjunto com o projeto original de Cristovam. O texto aprovado foi elaborado pelo relator, senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB), sobre

três projetos de lei que tramitavam em conjunto: o de Cristovam; o PLS 164/07, de Mercadante; e o PLS 230/08, do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). Todos tratavam do mesmo assunto.

O texto aprovado também prevê que o estudo poderá ser feito tanto de forma presencial como a distância. Mas esse critério se torna mais rigoroso quando o preso tiver sido condenado por crime violento, conforme emenda do senador Flávio Arns (PSDB-PR).

Em seu relatório, Roberto Cavalcanti aproveitou emendas apresentadas por Flávio Arns e pelo então senador Expedito Júnior.

A proposta agora será enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Proposta de Raimundo Colombo aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos beneficiará também Alagoas e Pernambuco. Projeto original incluía os estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Amazonas



Colombo previa revitalizar áreas alagadas em 2008 e 2009. João Tenório (D) incluiu as atingidas em 2010, como Alagoas (acima)

Programa pode revitalizar áreas atingidas por enchentes

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que prevê a revitalização das áreas atingidas por enchentes desde 2008. Ao texto original (PLS 16/09), do senador Raimundo Colombo (DEM-SC), foi incluída emenda do senador João Tenório (PSDB-AL) que acrescenta as regiões atingidas pelas chuvas em 2010, como Alagoas e Pernambuco.

João Tenório foi o relator em substituição a Cícero Lucena (PSDB-PB), que já havia apresentado parecer pela aprovação na reunião anterior. A matéria já passou pela Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e será analisada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em decisão terminativa.

Pelo texto, caberá ao governo federal definir os projetos a serem beneficiados pelo programa e viabilizar recursos para as ações, dispondo de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e do Banco do Brasil.

Convênios

Emenda aprovada pela CCJ autoriza a União a celebrar convênios com os governos

estaduais e municipais para que trabalhem coordenadamente com o governo federal no âmbito do programa e desenvolvam políticas sociais complementares.

O projeto também obriga o governo federal a manter fundo de aval para o financiamento de agricultores e de microfábricas de setores específicos a serem definidos em decreto que regulamente a lei. Os governos federal, estaduais e municipais deverão criar incentivo fiscal para o programa.

Entre os estados originalmen-



JFreitas

te atendidos pelo projeto, estão Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Amazonas, todos castigados por enchentes nos últimos anos, com perdas de vidas, de patrimônio e de infraestrutura.

Os senadores dos estados de Alagoas e Pernambuco receberam votos de solidariedade pelas dificuldades que seus estados estão enfrentando desde as enchentes ocorridas nas duas últimas semanas.

Enchentes atingiram estados do Norte, Nordeste e Santa Catarina

As enchentes que vêm ocorrendo no Brasil desde 2008 atingiram Santa Catarina e estados do Norte e Nordeste, provocando inundações, deslizamentos de terra, destruição de moradias e mortes.

As enchentes em Santa Catarina, em novembro de 2008, afetaram 60 cidades e mais de 1,5 milhão de pessoas em todo o estado. Segundo informações do Departamento de Defesa Civil de Santa Catarina, foram contabilizadas, em dezembro de 2008, 5.617 pessoas desabrigadas e confirmadas 106 mortes em decorrência do excesso de chuvas.

Houve racionamento de água e 150 mil habitantes de Santa Catarina ficaram sem eletricidade. Devido a escombros e deslizamentos de terra, várias cidades da região ficaram sem acesso. No dia 25 de novembro de 2008, o prefeito de Blumenau, João Paulo Kleinübing, declarou estado de calamidade pública na cidade. O mesmo foi feito em outros 13 municípios catarinenses.

No primeiro semestre de 2009, ocorreram chuvas intensas e inundações em estados do Norte e Nordeste. A tragédia começou em abril, no Maranhão, atingindo, posteriormente outros estados das duas regiões.

No dia 8 de abril de 2009, o então ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, informou, com base em dados repassados pelos estados, que as chuvas no Nordeste causaram prejuízos de aproximadamente R\$ 1 bilhão. As enchentes atingiram 320 municípios da região e causaram 44 mortes, além de deixar 130 mil desabrigados, conforme dados divulgados pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec). Nesse mesmo período, o rio Amazonas teve a maior cheia de sua história, inundando mais de 60 municípios.

Em 2010, os estados mais atingidos foram Pernambuco e Alagoas. Em junho, mais de 150 mil pessoas ficaram desabrigadas pelas chuvas e 57 mortes foram confirmadas.

Marco Maciel cobra políticas de prevenção de desastre climático

Marco Maciel (DEM-PE) voltou a pedir ajuda para as vítimas das enchentes nos estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, e apontou a necessidade de fortalecer a defesa civil. O senador chamou atenção dos candidatos à Presidência da República para a importância de alocar recursos para a reconstrução e de elaborar políticas públicas preventivas, a fim de evitar que a população sofra as consequências dos desastres naturais.

– O sistema de defesa civil no Brasil é precário ou, se quisermos ser mais contundentes, poderíamos dizer que o sistema de defesa civil é inexistente, o que agrava as condições de resgate e auxílio à população atingida. Os recursos foram paralisados na burocracia e somente após as crises nota-se alguma tentativa de mobilidade.

Marco Maciel elogiou a atuação das autoridades estaduais, em parceria com Exército, Marinha e Aeronáutica, no atendimento das populações atingidas em suas necessidades imediatas e na reconstrução de casas e cidades. Ele ressaltou, porém, a necessidade de se investir na prevenção e na valorização do



WaldemirBarreto

Maciel volta a pedir ajuda para as vítimas das enchentes no Nordeste

meio ambiente, sob pena de, posteriormente, gastar-se muito mais em reconstrução.

O senador ainda conclamou os governantes de todo o mundo a assumirem suas responsabilidades na redução da emissão de gases de efeito estufa. Maciel lembrou que a Conferência Rio-92 já cobrava responsabilidades sociais compartilhadas para conciliar meio ambiente e desenvolvimento econômico.

O documento final, ratificado por 156 países e 4.500 organizações, defendeu integridade ecológica, justiça social e econômica e a não violência para atingir o desenvolvimento sustentável.

Isenção de IPI deverá incluir carros maiores

A isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de automóveis para táxi ou para uso de pessoas com deficiência pode ser estendida a veículos maiores, com capacidade para até sete passageiros e com motor de cilindrada acima de 2 mil centímetros cúbicos. Projeto do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), aprovado ontem pela CAE, retira as restrições atuais de classificação que só garantem o benefício para modelos de porte intermediário.

Além da limitação de cilindradas, pela legislação vigente (Lei 8.989/95) os veículos também devem ter no mínimo quatro portas e ser movidos por combustível de origem renovável ou sistema reversível de combustão (*flex*), exigências que também podem deixar de existir.

O relator do projeto (PLS 268/09), senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), recomendou a aprovação. Como a matéria recebeu decisão terminativa, deve seguir agora diretamente para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para votação no Plenário do Senado.

– Boa parte dos deficientes tem preferência por carros um pouco maiores, que possibilitem alterações para receber, por exemplo, uma cadeira de rodas – explicou Inácio Arruda.

Turismo

Em relação aos taxistas, o objetivo é atender especialmente os profissionais dedicados ao mercado turístico, segmento em que existe procura por transporte de grupos de passageiros. Veículos como peruas e utilitários leves estão hoje excluídos do benefício. Para o autor, Renan Calheiros, as cidades turísticas ainda são muito mal servidas de transporte para hotéis, aeroportos e pontos de visitação. Ele sugeriu que o desconto de IPI para veículos de maior porte só seja concedido em municípios onde exista regulamentação especial para serviços de táxi-turismo.

– Na pior das hipóteses, o mercado taxista passará a compreender um leque maior de opções, abrangendo desde veículos mais econômicos, até os maiores, destinados a grupos de passageiros – destacou Inácio Arruda.



WaldemirBarreto

Relator, Inácio Arruda destaca estímulo ao transporte turístico